

44
✓

Habeas Corpus nº: 0004190-70.2014.8.17.0000 (0333565-3)
Comarca Origem: 1ª Vara Criminal de Jaboatão dos Guararapes
Impetrante: Aquiles de Souza Albuquerque
Paciente: **Rafael Carlos Cunha da Silva**
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procuradora de Justiça: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTE ACUSADO DE TRÁFICO DE DROGAS. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INEXISTÊNCIA DE DESÍDIA POR PARTE DO JUDICIÁRIO. AFASTADO O ALEGADO EXCESSO. ORDEM DENEGADA.

1. Somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo.
2. Ordem denegada, à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de habeas corpus nº 0333565-3, em que figura como impetrante Aquiles de Souza Albuquerque e como paciente **Rafael Carlos Cunha da Silva**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de

M

Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

Pernambuco, por unanimidade de votos, em denegar a ordem do presente habeas corpus, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 28 de maio de 2014



Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

Habeas Corpus nº: 0004190-70.2014.8.17.0000 (0333565-3)
Comarca Origem: 1ª Vara Criminal de Jaboatão dos Guararapes
Impetrante: Aquiles de Souza Albuquerque
Paciente: **Rafael Carlos Cunha da Silva**
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procuradora de Justiça: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

RELATÓRIO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado por Aquiles de Souza Albuquerque, em favor de **Rafael Carlos Cunha da Silva**, no qual é apontado como autoridade coatora o Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes (proc. nº. 0000314-05.2014.8.17.0810).

O impetrante informa que **o paciente foi preso em flagrante no dia 08/01/2014.**

Assevera, contudo, que, até a data de interposição da presente medida, não foi realizada uma única audiência no feito de origem, e em 05/08/2014 (dia designado pelo Juízo) já terá decorrido mais de 200 (duzentos) dias da custódia, restando configurado verdadeiro **excesso de prazo na formação da culpa.**

Pede, assim, a expedição do competente alvará de soltura.

Não juntou qualquer documento.

O **pedido liminar foi indeferido** (fls. 18).

Informações prestadas às fls. 29.

O parecer do Ministério Público foi pela **denegação da ordem** (fls. 34/35).

É o que havia a relatar, no essencial.

Recife, 28 de maio de 2014.


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

Habeas Corpus nº: 0004190-70.2014.8.17.0000 (0333565-3)
Comarca Origem: 1ª Vara Criminal de Jaboatão dos Guararapes
Impetrante: Aquiles de Souza Albuquerque
Paciente: Rafael Carlos Cunha da Silva
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procuradora de Justiça: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

VOTO

Conforme relatado, pretende o impetrante a expedição do competente alvará de soltura, pois o paciente foi **preso em flagrante no dia 08/01/2014** e a **audiência de instrução e julgamento só foi designada para o dia 05/08/2014**, restando configurado verdadeiro **constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa**.

DO ALEGADO EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA

De acordo com as informações prestadas (fls. 29), o **paciente foi preso em flagrante em 06/01/2014**, mesma data em que a prisão foi homologada, sendo **a denúncia recebida em 06/02/2014**.

Registrado que o paciente requereu, através de advogado constituído, a concessão de liberdade provisória, o que contou com parecer desfavorável do Ministério Público.

Salientado que **a audiência já está designada para o dia 05/08/2014** e também que a vara criminal de origem está sem juiz titular desde 02/01/2013, função que o magistrado informante exerce de forma cumulativa.

Ora, em consulta ao Sistema Judwin deste Egrégio Tribunal, e analisando as informações prestadas, fácil perceber que **o Judiciário tem se pronunciado e impulsionando o feito sempre que necessário, não se podendo atribuir ao Juízo qualquer responsabilidade pelo alegado retardo.**

Não se pode perder de vista que o tempo firmado pela jurisprudência pátria para a conclusão da instrução não é rígido ou absoluto, podendo sofrer dilação, desde que de forma justificada.

O próprio Superior Tribunal de Justiça, reconhecendo a necessidade de certa flexibilização na condução dos feitos, já se posicionou no sentido de que **somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo, o que não se verifica na presente hipótese.**

Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. (...)**2. Somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo, quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo, o que não se verifica na presente hipótese.** 3. (...) Pedido liminar prejudicado. (RHC 37.440/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2013, DJe 01/08/2013) (grifos e omissões nossos).

In casu, como observado pelo Parquet (fls. 34v), 'As informações prestadas pelo Juízo a quo demonstram que os autos da ação originária têm tramitação normal e regular, não lhes sendo imposto pela Justiça qualquer empeco ou retardo. Ao contrário do alegado, o Juiz presidente do feito tem emprestado ao feito a necessária celeridade, adotando todas as providências para que o feito se desenvolva com rapidez e regularidade'.

Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

Além disso, 'o paciente protocolou pedido de concessão de liberdade provisória, o que acarreta remessa dos autos ao Ministério Público para pronunciamento do *Parquet*, devolução dos autos para decisão pelo juízo, o que demanda tempo para cumprimento do pleito'.

Face o exposto, em anuência ao entendimento exarado pela douda Procuradora de Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 28 de maio de 2014.


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator